

Impressos e iluminismo nas capitarias do Maranhão e Piauí: uma análise da correspondência trocada entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa

Flávio Pereira Costa Júnior*

Iluminismo lusitano

Ao analisar os documentos do AHU relativo as correspondências administrativas trocadas entre o ministro de ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o governador do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa (1798-1801), nota-se a articulação política relativa ao envio, recepção e circulação de impressos nas capitarias administradas por este. E isso estava condizente com a política iluminista de D. Rodrigo frente ao ministério que ocupava. É fator chave neste trabalho apontar questões como a quantidade e a tipologia destes impressos e relacioná-los com o fomento à pesquisa sobre a natureza realizada nestas capitarias.

O termo iluminismo foi formulado por historiadores do século XIX para representar um determinado período que foi o século XVIII, mas os termos ilustração e Luzes estavam presentes no vocabulário setecentista.¹ No entanto, diferia não somente do conceito empregado atualmente pela historiografia, mas também regionalmente. Assim luzes, *lumières*, *Aufklärung*, *enlightenment*, *lumi*, *ilustración* não só distinguiam pelo viés linguístico, mas no sentido empregado em cada país.² E estas variações estavam longe de forma uma base de pensamentos homogêneos, mesmo dentro de um país (FORTES,

* Formado em história pela Universidade Estadual do Maranhão. Atualmente é mestrando pelo Programa de Pós-graduação em história pela Universidade Federal do Maranhão e é bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Orientado pelo professor Alírio Cardoso (PPGHIS-UFMA).

¹ Luzes (e suas variações idiomáticas) também estava presente na cultura popular. No cristianismo tinha sentido de revelação da palavra divina, no sentido de entendimento desta palavra, além de ser a própria manifestação divinal. Neste sentido luzes se opõe a trevas que é justamente a ausência de Deus ou a manifestação do Mal. O conceito nesta perspectiva é completamente distinto do que será apresentado pelos “homens de letras” e ao mesmo tempo análogo, pois para estes se há luzes para razão há diametralmente o oposto que é as trevas da ignorância. Porém é a secularização advogado por estes que prevalecerá no mundo ocidental a partir do século XVIII. (FALCON, 2002: 32-33).

² Idem, op. cit., p. 5-8.

2982). Daí a diferença visível entre os pensadores Voltaire e Rousseau, reconhecidos como iluministas.

O iluminismo reformista do império português voltava-se para a natureza de seus territórios a luz dos pressupostos científicos. E assim o modo de se fazer ciência tornando-se secular e teologicamente neutra.(MUNTEAL FILHO, 2001 a: 40) É pelas transformações científicas do XVIII que modificará toda a visão que há sobre o próprio ser humano na natureza. A ciência na Europa a partir deste século será símbolo da racionalidade, do progresso material, da utilidade. E na ilustração portuguesa a natureza só poderia ser entendida a luz do conhecimento testado e verificável (MUNTEAL FILHO, 2001 b: 488). No âmbito da política lusitana havia a necessidade de se conhecer o próprio território com fomento à pesquisa e a educação. Neste último caso com concessão de bolsas para se estudar em Portugal.³

As reformas baseadas nas Luzes tinham em Portugal seu limite e era até onde não pudesse romper com o Antigo Regime, sobretudo com a sua autoridade sobre as possessões coloniais. A ilustração em Portugal foi moldada para servir aos propósitos da Coroa, mantendo o valor da Razão e das ciências para a glória do Império mediante reformas econômico-sociais para promover o desenvolvimento manufatureiro e expurgando qualquer premissa que pudesse questionar o absolutismo do trono, o domínio colonial e a religião católica.

No último quartel do Setecentos por ansiar pela descoberta das potencialidades naturais, a alta cúpula da administração do Império fará investimento em pesquisa e capacitação. E será junto com os naturalistas da Academia de Lisboa que levará a cabo a empreitada de desvendamento do próprio Império, agora por meio das lentes da ciência, enviando exploradores às colônias com intuito de conhecer os “mistérios” da natureza tropical e remeter os gêneros naturais para os Museus de História Natural de Coimbra e Lisboa. Estas práticas eram dentro dos padrões setecentistas de conhecimento científico por métodos de classificação e de acondicionamento próprios. Este investimento de coleta está diretamente relacionado com o almejo de romper com o atraso cultural que Portugal se sentia em relação as demais potências europeias, além de ser uma forma de conquista e reconhecimento da sua territorialidade.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa

³ Não havia nas colônias lusitanas universidades como haviam na América Castelhana, assim o ensino superior daqueles que viviam nas colônias seria na própria metrópoles.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi um político e diplomata no império lusitano. Sua formação é devedora das políticas ilustradas de Pombal, que aliás era seu afilhado de batismo. Formou-se no Colégio dos Nobres e em nível superior pela Universidade de Coimbra⁴. Na diplomacia ocupou o cargo de ministro plenipotenciário na corte da Sardenha em Turim nos anos de 1779 a 1796. Assume o cargo de ministro da marinha e ultramar (1796-1801) no período regencial do príncipe D. João.

D. Rodrigo em seu ministério será caracterizado por ser reformador. E isso quer dizer antes de mais nada que rejeita o iluminismo francês revolucionário, que acabou por destronar a monarquia em França. Mas é adepto do iluminismo reformador⁵, que pudesse tornar a administração mais competente e capacitada, além de se valorizar o desenvolvimento técnico-científico para o uso pragmático a favor da economia estatal, em outras palavras para manter o absolutismo ilustrado. (VILLALTA, 2000: 17-18)

Será uma política naturalista-utilitário, ou seja, voltado para um pragmatismo acerca do conhecimento para ser usado em benefício do desenvolvimento econômico do império. E para tanto se valerá de uma burocracia especializada que se valesse do conhecimento necessário para se aprender das potencialidades que a natureza do império pudesse oferecer, tanto da fauna, flora e minerais. E para tanto se valeu do maquinário estatal com o fomento à educação, a viagens de exploração científica e à publicação e circulação de livros.

D. Rodrigo mantinha contatos regulares com os governadores das capitâncias, além de possuir relatórios técnicos da marinha que detalhavam os recursos naturais e humanos que poderia dispor. Nisso sabia quais seriam os homens de ciência que poderia recrutar para produzir conhecimentos sobre a natureza. E isto é significativo, pois para a época o conhecimento dos fenômenos naturais era a chave do controle não somente da própria natureza, mas do administrativo (CAROLINO, 2014: 193;196).

Ele funda instituições complementares à marinha no intuito de modernizá-la: Observatório Real da Marinha (15 de março de 1798 – função de complementar os estudos ministrados pela Academia Real da Marinha, já está fundada em 1779) que além de se realizar observações astronômicas, ensinava-se o curso de astronomia; a Sociedade

⁴ Um fundado e a outra reformada, respectivamente, no período pombalino.

⁵ Neste sentido se refere aos países que foram governados por monarcas do absolutismos ilustrado (os déspotas esclarecidos). Cf. SILVA, p. 33.

Real Marítimo e Geográfico (30 de junho de 1798) tinha como objetivo confeccionar cartas militares e hidrográficas; e um hospital para a marinha (Idem, op. cit: 198-200).

Exigia dos governadores relatórios sobre recursos humanos e materiais. A quantidade de habitantes em cada capitania, de casamentos, nascimentos, óbitos, os gêneros produzidos, os valores correntes (SILVA. 2014: 51). Eram os chamados mapas, que acumulava na época o sentido cartográfico, mas que poderia ter também o sentido moderno de senso. Exigia ainda que fosse enviado plantas nativas para o reino e por lado incentiva o plantio de gêneros promissores que não fossem tradicionalmente explorados na região. Além disso está diretamente envolvido como o desenvolvimento técnico do extrativismo mineral das colônias, sobretudo da América portuguesa que já estava sofrendo com o esgotamento aurífero na região das Minas, onde décadas antes eram o principal rendimento econômico do Império (DIAS, 1968: 118-119).

O absolutismo ilustrado de D. Rodrigo tinha como selo o naturalismo-utilitário⁶. Isso quer dizer que as pesquisas realizadas nas capitâncias eram para conhecer as potencialidades que a natureza poderia oferecer e como se poderia estruturar estratégias para aproveitar este conhecimento em favor do império. O iluminismo lusitano era reformador, mas de forma alguma era para pôr em questão a Igreja Católica ou a primazia da realeza portuguesa, mas para um conhecimento desenvolvimentista acerca do Império como todo.

E medida fundamental para consolidação da política ilustrada de D. Rodrigo é a fundação da Tipografia e Cacografia do Arco do Cego. A administração ficou a cargo do luso-americano da Minas o frade Jose Mariano da Conceição Veloso⁷. As publicações de impressos (originais e traduções) nesta tipografia eram majoritariamente voltadas para o conhecimento das potencialidades econômicas da natureza. Tinham como temas a fauna, flora e minérios. Mas é a flora que a predomina nas temáticas destes impressos, talvez por que sejam os vegetais os bens da natureza que mais o ser humano utiliza desde a fabricação de artefatos, como casas, barcos, e etc. Ou no caso de alimentos ou por usos medicinais (WORSTER, 1999).

⁶ O termo naturalismo-utilitário é de Oswaldo Munteal Filho, utilizado aqui para destacar a simbiose de um conhecimento pragmática acerca da natureza e a visão deste conhecimento para ser usado para manter as balizes do Império lusitano. No entanto é de se destacar que os conhecimentos naquele momento das Luzes eram em sua maioria pragmático, inclusive aquele voltado para a natureza, e não uma especificidade portuguesa como as vezes dá entender no texto do autor citado.

⁷ Veloso dirigiu a Casa Literária do Arco do Cego por todo seu período de funcionamento que foi de quase três anos, entre 1799 a 1801. Antes, em 1797 tinha sido indicado por D. Rodrigo para realizar traduções de memórias que pudesse ser utilizadas para o conhecimento acerca da natureza. Talvez em razão do cumprimento com sucesso da ordem o citado ministro o tenha escolhido para ser o diretor da tipografia.

D. Diogo de Martins de Sousa Teles Menese (1755-1829) era doutor em matemática pela Universidade de Coimbra (1789) e foi governador de Moçambique (1793-1798). E são possivelmente esses antecedentes que o qualificavam (por escolha de D. Rodrigo) para ser governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí (1798). Foi apresentado pela historiografia maranhense do século XIX e XX por vezes com características autoritárias e imorais, e por vezes retratado como um homem da ciência. A bem da verdade isso não excluía uma coisa nem outra relativo a um indivíduo, mas essa era a forma como os historiadores dos séculos passados realçavam as características de um determinado indivíduo para o defini-lo como um bom governante ou mal (MEIRELES, 1979: 38-39). Mas essa não é a questão deste trabalho, mas perceber as características de um governante iluminista que trabalhava como um funcionário para o bem do império em conjunto.

Muitas questões são significativas na gestão de D. Diogo e que fazem refletir sobre a razão da escolha de dele para o cargo por D. Rodrigo. A de confiança é uma ponto chave, já que Meireles destaca que havia grau de parentesco entre ambos, assim colocar parentes em cargos de confiança é uma prática comum no Império. Todavia ainda não foi possível até o momento averiguar esta informação e este ilustre historiador não menciona qual é a relação de parentela (Idem, op. cit. : 32). Caso isso seja confirmado teria uma indicativa de preocupação que D. Rodrigo teria para escalar pessoas de sua parentela para o norte da América portuguesa, já que seu irmão, D. Francisco de Sousa Coutinho era governador do Pará e Rio Negro.

O envolvimento de D. Diogo com a ciência é outro fator chave. Neste fim de século na capitania do Maranhão havia um surto de bexigas que afligia a população local. Como governador já havia vivenciado situação similar quando era gestor de Moçambique, poderia ser uma outra razão de seu nome ser preferido para governar esta parte da América portuguesa (Idem, op. cit. : 62).

Sua ligação com o conhecimento técnico-científico é visível com as práticas de incentivo a pesquisa, na capitania, como o fomento ao inventor Antônio Belford na construção de uma máquina propulsora de água. Outro investimento científico foi o fomento ao Vicente Jorge Dias Cabral que era um explorador naturalista que adentrou os sertões do Maranhão e Piauí na recolha de plantas e sementes para estudo, enviando-as para São Luís, e daí para Portugal. (Idem, op. cit. : 40-41) E por fim criação de uma quarta

cadeira escolar é a de história natural e química, somando-se as de filosofia, retórica e gramática latina.⁸

Nesta breve lista acerca de um homem que a historiografia pouco se apropriou em estudos é notável sua ligação com a ciência e com o iluminismo, o que poderia indicar as razões elementares da escolha de D. Rodrigo para ser governador do Maranhão e Piauí. É de se destacar a relação dos livros que vinham para a Capitania e seus fundamentos na difusão do conhecimento voltado ao naturalismo-utilitário.

Comércio do iluminismo na capitania

Por ordens expressas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho manda ao governador do Maranhão e Piauí, D. Fernando Antônio de Noronha no ano de 1798, repartir entre os habitantes 90 exemplares do livro *Cultura e manipulação do açúcar*. Questão importante de notar é esse repartir não pressupõe a venda. Mas uma difusão do conhecimento acerca de uma cultura agrícola que era já era praticada nesta capitania. O texto diz “fiz repartir por esses habitantes”,⁹ porém não se é especificado quem são estes habitantes, mas que provavelmente era para uma elite agrária que estava envolvida com essa cultura.

O sucessor no governo desta capitania, D. Diogo de Sousa também repartiu exemplares de impressos

Fiz repartir os quatro exemplares da Instrução sobre a cultura das Batatas por igual número de pessoas, que me parecem mais aplicadas à Agricultura, como V.Ex.^a me determinou em o seu Aviso de 17 de julho do corrente ano, que acompanhou os ditos exemplares.¹⁰

Desta mesma forma parece difundir o conhecimento ilustrado na dita capitania, no entanto algumas questões diferem da situação anterior. A proporcionalidade relativa aos 90 exemplares do açúcar contra os 4 sobre as batatas. Estes números decorrem sobre a cultura mais praticada nesta região que é o canavial do que a de batata. Outro quesito é que apesar de ainda não ser especificado quem seriam os agraciados com os impressos, D. Diogo indica que os entregou àqueles que mais pareciam capacitados, o que isso quer dizer ou que seriam aqueles que já estavam envolvidos com este tipo de plantio e assim possibilitaria um melhoramento técnico ou seria um incentivo para este tipo de plantação àqueles que poderiam fazer.

⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Maranhão (MA), Projeto Resgate, D. 8767.

⁹ AHU-MA, D. 8019.

¹⁰ AHU-MA, D. 8832.

Maria Odila relata um caso parecido sobre ordem direto de D. Rodrigo.(1968: 168) Para autora o caso sucede porque não estava havendo vendagem e assim sendo era preferido que fosse distribuído gratuitamente. Isso é importante destacar, já que no caso último, quando D. Diogo de Sousa distribui entre 4 indivíduos, já havia um comércio de livros em São Luís. Meireles destaca que a vendagem de impressos na capitania foi um desastre.(1979: 63).

Ainda no ano de 1799 D. Diogo relata que colocou para ser vendido no Correio da cidade, segunda ordem do ministro da marinha e ultramar, a tradução do *Mercúrio Britânico* (80 exemplares) e *Memoria sobre o Algodão* (25) 2º tomo do *Fazendeiro do Brasil* (90) com valores de 300, 120 e 1\$000 reis respectivamente.¹¹ O local da venda é emblemático pois é o Correio da Cidade. Este órgão formado por ordem de D. Rodrigo tinha a função de recepção e envio de correspondências e no caso de São Luís da venda de impressos.¹² Curiosamente Bernadino Pereira Lago (em 1822) afirmava que não havia um comércio de livro regular na cidade.¹³ O Correio funcionava na casa do administrador, Luiz da Rocha Compasso.

Outras obras foram sendo postas a venda no Correio como *curso de estudos para uso do comércio* com 10 exemplares pelo valor de 1\$200 réis.¹⁴ Estes impressos tinham este duas tipologias, a primeira majoritária que era voltado para a agricultura a outra em menor quantidade para o comércio. Importante destacar que D. Rodrigo ordena a D. Diogo que cada obra deve ser lida pelo governador.¹⁵ Assim pelo menos um exemplar ia para a sede do governo, acredito que para compor uma biblioteca. Documento ímpar é o comentário realizado por D. Diogo sobre uma destas

Ainda que a presa li a tradução da Obra sobre a Arquitetura Naval, a qual V Ex.^a remeteu em Carta de 10 de dezembro do ano passado a meu Antecessor pelo Correio Marítimo: Achei-a muito científica; mas parece-me que a posição das Letras, mesmo algumas de sucessões da fig. 2º precisão [de] correção.¹⁶

¹¹ AHU-MA, D. 8242.

¹² Formado pelo alvará régio de 20 fevereiro de 1798, os correios marítimos, possibilitou uma maior troca de correspondências entre os governadores e o poder central da metrópole.

¹³ Esta informação de Pereira Lago é em decorrência de não ter encontrado lugares específico para este tipo de comércio, a época conhecida por loja de livros. E assim se vai destacar a historiografia maranhense do século XIX e XX, como é o caso do historiador Jerônimo de Viveiros. Mas é importante salientar que apesar de não haver lugares próprios de venda é notável em anúncio de jornais no começo do XIX indicativos de livros em boticas e nas próprias tipografias. Além é claro, do Correio da Cidade no final do XVIII. (VIVEIROS, 1954: 339; LAGO, 2001:77).

¹⁴ AHU-MA, D. 8490.

¹⁵ AHU-MA, D. 8689.

¹⁶ AHU-MA, D. 8259.

A leitura do governador, indicada acima, é para cumprir com a ordem do ministro (por isso que está sendo em relatada em documento oficial). Para demonstrar que a está cumprindo indica que a fez a leitura no livro *Arquitetura Naval*. O modo de leitura é indicado, realizado as presas; seria pela dificuldade de realiza-las juntamente com a administração da capitania? Ou seria pela dificuldade de ler todas as obras? Ademais sua opinião é clara, quando diz que achou o livro muito científico. E aqui se percebe a fala de um matemático que também era engenheiro (o livro é de engenharia naval) e talvez por esta familiaridade que o fez pegar este (não há indicação antes ou depois de ter lido outro). E por fim a crítica, ou seja, mesmo que tenha sido feita de forma ligeira, não foi desatenta, ou é pelo menos o que diz no documento. Referindo-se a possíveis erros da posição das letras e na ordem das figuras.¹⁷

Há uma quantidade expressiva de livros para se vender em início do século XIX em São Luís. No ano de 1800 são 883 livros e impressos¹⁸, todos com seus respectivos valores, que totalizando dá 401\$400 r\$ como vai ser indicado no próprio documento. Um exemplar de cada obra vai para a sede do governo, como indicado anteriormente. Neste mesmo ano ocorre outra remessa de livros que são enviados pelo frade Jose Mariano da Conceição Veloso. São ao todo 294 livros com a totalização do lucro 158\$850 r\$.¹⁹ Faz notar também que são títulos diferentes daqueles que vem na primeira remessa.

São títulos como *o Fazendeiro do Brasil, Memoria sobre os algodões, memoria sobre a caneleira, memória e extratos da pipereira negra, memoria sobre a cultura do loureiro cinamoro*, dentre outros, que foram publicados no ano de 1799 (exceto memória sobre a caneleira, de 1797), demonstrando a celeridade do processo de difusão destas obras. Como já foi relatado anteriormente eram impressos voltados para a natureza, ou para ser mais exato, para a agricultura. É fundamental que tivessem relacionado com culturas já praticadas na região como o algodão e a cana-de-açúcar como por culturas promissores, como é o caso da pimenta da índia (pipereira negra) e canela (loureiro cinamoro) (GALVES, 2014: 127)

¹⁷ Chartier (2009) indica que a leitura pressupõe dois vieses inerente, a da autoridade do texto e da flexibilidade do entendimento do leitor. Além de que esse processo de leitura vai para além do que o autor deseja informa, já que além da liberdade de entendimento do leitor, os aspectos mercadológicos, a conjectura, a editoração, dentre outros ressignificam o sentido primeiro.

¹⁸ AHU-MA, D. 8698.

¹⁹ AHU-MA, D. 8803.

Porém parece que as vendas não foram boas. Meireles indica que poucos livros foram vendidos e que o prejuízo foi de 2:401\$478 rs. No entanto, mais uma vez o autor não indica de que fontes tirou esta informação. E nem a documentação analisada indicou a remessa total da vendagem destes livros. De todo modo havia a clara intensão de que se fosse “vendido” o conhecimento com aqueles que estavam na colônia. Maria Odila cita o caso do governador de São Paulo, no mesmo período, e que este reclamava que os habitantes locais não se interessavam pelas letras.(1968: 119). Talvez esta seja o caso, mas que ainda precisa de mais substrato documental para afirmar isto.

Para concluir

As relações administrativas entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa, demostram que a partir de uma valorização do conhecimento técnico-científico, tentou-se difundir um conhecimento que estivesse ligado aos aspectos ilustrados que os caracterizavam. E isso é perceptível pelas suas trajetórias de vidas e seus atos dentro do maquinário estatal nas funções que lhe cabiam.

Este comércio contrapõe uma historiografia tradicional que dizia que era praticamente nulo o comércio de livros na capitania. Por outro lado, com a possibilidade dessa vendagem de obras não tenha sido o esperado e que ainda que os mencionados administradores tenham superestimado o interesse de leitura dos habitantes locais, é deveras importante que havia uma atenção desta administração que um determinado tipo de conhecimento, aquele que fosse para o desenvolvimento dos saberes acerca da natureza, do melhoramento da agricultura e do extrativismo mineral fosse acessível aqueles que moravam na colônia.

REFERÊNCIAS

CAROLINO, Luís Miguel. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico.” In. GESTEIRA, Heloisa Meireles; _____; MARINHO, Pedro (orgs.). **Formas de Império**: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. volume 278. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

GALVES, Marcelo Cheche. **Saberes impressos, correspondências e expedições científicos: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos**. São Luís: Outros Tempos, vol. 11, n. 18, 2014.

LAGO, Bernadino Pereira do. **Estatística Histórico-Geográfica da província do Maranhão**. São Paulo: Siciliana, 2001.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808)”. In. FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. “O liberalismo num outro Ocidente: política colonial, idéias fisiocratas e reformismo mercantilista”. In. GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: REUAN: UERJ, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Um grande inventário da Natureza: políticos da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII”. In. . GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). **Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SILVA, Ana Rosa Cloplet da. **Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2006

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954, v.2.

WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 1999.